

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Salvem o Judiciário

O Poder Judiciário não pode sucumbir diante de circunstâncias hostis, ainda que criadas por forças poderosas. Sua derrocada atingirá em cheio a liberdade, a democracia e a república, que, sem ele, serão alcançadas no seu âmago. A vítima será o povo, a sociedade e a cidadania.

Há pouco, o Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, reunido em Macapá, denunciou à sociedade brasileira que “...a concentração do poder já se vai fazendo ameaçadora à normalidade institucional e à soberania da lei”.

Nessa linha de entendimento, pronunciaram-se eminentes juristas, convocando os brasileiros para uma vigília cívica, com o objetivo de reverter tendências denunciadas à Nação, “para que exista uma voz sempre atenta em defesa da Constituição e dos direitos e garantias fundamentais”, num manifesto cuja primeira assinatura é a do preclaro Professor Goffredo da Silva Telles Júnior.

O tempo está passando, e nada se tem alterado. Continua o processo de estrangulamento e destruição do Judiciário; as poucas vozes que se erguem para defendê-lo afirma-se estarem a serviço do corporativismo e dos privilégios. Não são ouvidas; ao contrário, são silenciadas. Não repercutem; são abafadas pelo som barulhento dos protestos ou de ironias grotescas. A emoção tem prevalecido sobre a razão. E esse quadro é deletério para os interesses perenes do Estado brasileiro.

As grandes ditaduras sempre se utilizaram sobremaneira de elementos afetivos, estimularam atitudes emocionais mediante um sistema de propaganda massiva,

fundado em imagens. Exploraram conscientemente toda a força do simbólico para atingir o inconsciente coletivo. Grande parte da população condiciona seus pensamentos por imagens, pois estas movem a força da imaginação e iluminam o sentido do tema em debate. Nessa linha, mitos são criados e transmitidos à sociedade, que, no seu conjunto, passa a atuar segundo eles, sem preocupação em verificar se expressam a verdade. As distorções daí resultantes são conhecidas. Em época relativamente recente, usaram desse processo o nazismo, o facismo e o comunismo. Dele, também, se serviram muitas ditaduras, que se instalaram neste continente não faz muito tempo. As suas nefastas conseqüências são notórias.

Despertar emoções e gerar mitos constitui o meio mais fácil de direcionar a mente do povo, vítima de terríveis desequilíbrios sociais, para atingir objetivos aparentemente justos, mas inalcançáveis. É um caminho perigoso que leva a frustrações e fracassos, com graves repercussões de ordem institucional. A palavra “justiça” traduz uma idéia-força de grande prestígio, mas, se deturpada, produz “justiceiros”.

Hoje, a opinião pública, influenciada pela mídia, absolve ou condena com facilidade, com desprezo à regra do devido processo legal, com gravíssima violação ao princípio do direito de defesa. A atuação dos juízes, que estudam Direito longos anos e são investidos no cargo após aprovação em rigoroso concurso público, é, pura e simplesmente, substituída pelo julgamento popular. As conseqüências são trágicas: a honorabilidade de cidadãos construída ao longo dos anos é destruída absurdamente no espaço de horas; famílias e instituições são execradas e desmoralizadas. Todos se recordam do dono de colégio, em São Paulo, que teve sua reputação e família difamadas, acusado que foi de corrupção de menores. Do caso das bicicletas, envolvendo o Ministro Alcenir Guerra... Para onde vamos?

Há pouco, o jornalista Luiz Nassif denunciou, com grande percuciência, tal comportamento, sustentando que a mídia emocional deve ceder lugar à investigativa, muito mais trabalhosa e, por isso mesmo, só utilizada por grandes profissionais.

O Judiciário é o hospital do direito, na simplicidade do dizer. Na sua essência, o direito doente, corporificado em litígios ou lides, é-lhe submetido à apreciação. Não se pode esquecer, contudo, que o Judiciário é vítima das mesmas adversidades que têm atingido a rede de saúde, o ensino, enfim, o Estado brasileiro. Tem lutado, com a atuação cada vez mais intensa dos seus membros, para se livrar das suas deficiências e mazelas. Não dispõe nem do cofre, nem da espada, nem legisla. Pouco lhe resta além de denunciar. Mas um fato é incontestável: a só existência do Judiciário inibe muitos atos violadores dos direitos fundamentais e das garantias constitucionais, perpetradas por parte do poder público e dos poderosos. Convém recordar, para citar apenas alguns exemplos, o confisco

dos cruzados, levado a efeito pelo Plano Collor, o caso dos aposentados do INSS e os sucessivos impostos e taxas inconstitucionais criados pelos entes estatais, em que o Judiciário garantiu aos cidadãos a salvaguarda de seus direitos ameaçados e violados.

Enfraquecer o Judiciário é estimular o arbítrio e a injustiça, que já grassam no País. Será isso que a sociedade brasileira deseja? Creio que não. Que os setores responsáveis estejam alerta, pois sem um Judiciário independente e respeitado, o futuro da sociedade brasileira será pouco alvissareiro.

Artigo publicado em 5 de outubro de 1997
na Folha de S.Paulo, p. A-3